Relatório

PROJETO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO PARÁ

ETAPA MARAJÓ

MUNICÍPIO:

GURUPÁ

TCMPA

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

Equipe Técnica

Conselheiro SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheira Substituta ADRIANA CRISTINA DIAS OLIVEIRA
ANA CRISTINA SANTOS SODRÉ
LUIS OTAVIO GADELHA BARBOSA
ROSANA MARIA MORAES FERREIRA DA GAMA
SÉRGIO ROBERTO BACURY DE LIRA
SILVIA MIRALHA DE ARAÚJO RIBEIRO

Colaboração Técnica - Convidados

ALEX PEREIRA (CACAMPE NORTE-UFPA)
HERCIO DA SILVA FERREIRA (IEMCI-UFPA)
MARIA SINEIDE NERES (CECANE-FNDE)

Apoio

EDSON PAIVA DE MENEZES
RAFAEL VINICIUS MELO DOS SANTOS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 04

2. METODOLOGIA 06

3. RESULTADOS 08

3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS 09

3.1.1. Taxas de Rendimento Escolar 09

3.1.2. Distorção Idade-Série 11

3.1.3. Aprendizado Adequado 12

3.1.4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 13

3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES 15

3.2.1. Fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais 15

3.2.2. Universalização, Acesso e Permanência na Escola 19

3.2.3. Infraestrutura Escolar 26

3.2.4. Política Pública de Alimentação Escolar 27

3.2.5. Política Pública de Atendimento no Transporte Escolar 33

3.2.6. Valorização dos Profissionais da Educação 35

3.2.7. Fortalecimento dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras 40

CONCLUSÃO 47

ENCAMINHAMENTO 48

Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de Gurupá 51

1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de cooperar para melhores e mais amplos resultados das políticas públicas educacionais no âmbito dos municípios paraenses, e considerando a necessidade de enfrentamento de reconhecidos desafios que se apresentam agravados diante dos efeitos da pandemia da COVID-19, foi concebido o **Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios do Estado do Pará.**

O Projeto constitui uma estratégia inovadora no âmbito desta Corte de Contas, pois pressupõe um olhar para o território, local onde a política pública se concretiza, ou deveria se concretizar, e busca refletir sobre os desafios e soluções possíveis de implementação de forma regionalizada e articulada, a fim de transformar realidades e, por conseguinte, promover a entrega efetiva de um direito fundamental.

Tem como objetivo geral contribuir para o progresso da qualidade da educação nos municípios paraenses, por meio da garantia do acesso, da permanência e do efetivo aprendizado dos alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas públicas municipais, com ênfase em 7 (sete) dimensões que representam os eixos estruturantes definidos no citado Projeto, que são: fortalecimento da gestão da Secretaria e das Escolas Municipais; universalização do ensino; infraestrutura; alimentação escolar; transporte escolar; valorização dos profissionais do magistério e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros).

Para a realização da etapa inicial - Projeto Piloto, foi contemplado o Arquipélago do Marajó, cuja escolha pautou-se em critérios de territorialidade e, por conseguinte, na oportunidade de se propiciar intervenções de forma simultânea e sinérgica, considerando que a mencionada região reúne 17 (dezessete) municípios – Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará (este último passou a fazer parte da Região de Integração do Marajó em janeiro/2022) – que apresentam peculiaridades geográficas, climáticas e culturais, além de cenário de extrema pobreza decorrente de sua economia fragilizada que resulta em baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), inclusive o pior do país, com os

indicadores sociais apontando baixa qualidade da educação, com elevadas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme análise de dados oficiais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), DATASUS e TC Educa.

Nesse contexto, o Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará foi formulado como um mecanismo capaz de impulsionar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, favorecendo a atuação dialógica e interinstitucional, com o objetivo de conhecer in loco a realidade do sistema de ensino vivenciada nos municípios paraenses, suas fragilidades, suas deficiências e a viabilidade de reversão da realidade adversa quando constatada, a partir da avaliação diagnóstica e proposição de soluções compartilhadas, com potencialidade de melhorar e fortalecer a educação.

Com a anuência da Presidente deste TCMPA, a idealização desse Projeto – etapa piloto coube ao grupo de trabalho coordenado pelo Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares, Relator das contas dos municípios do Marajó no quadriênio 2021-2024, auxiliado pela Conselheira Substituta Adriana Cristina Dias Oliveira, na condição de membro convidada. Também integram o grupo os servidores oriundos do Gabinete do Conselheiro Relator e da 2ª Controladoria, que detêm vinculação com o exame e acompanhamento das contas dos municípios contemplados, bem como os técnicos que compõem a CSE/DIPLAMFCE, que são responsáveis pela oferta dos conhecimentos especializados da área de educação e, pelas medidas necessárias à futura extensão do projeto aos demais municípios de Estado do Pará, a critério de cada Conselheiro Relator.

2. METODOLOGIA

Para execução do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, em sua etapa Piloto, estruturou-se o desenvolvimento das atividades em 4 (quatro) fases, tendo sido avaliadas e consideradas as seguintes limitações: a) o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, uma vez que as atividades foram iniciadas em janeiro de 2021 e b) impossibilidade de visitar a totalidade das escolas do município em virtude da distância territorial e dificuldade de acesso, decorrentes das características geográficas da região e diante do cronograma estabelecido para o projeto.

1ª FASE

em regime de home office, procedeu-se o levantamento de indicadores da educação pública municipal no Arquipélago do Marajó, tendo como fonte preliminar os dados oficiais consolidados na plataforma QEdu Gestão (plataforma que auxilia a análise de dados das redes de ensino ou escolas relacionados a perfil docente, infraestrutura, aprendizados dos alunos, entre outros), em uma versão elaborada especificamente para os municípios do Marajó, a partir da qual foram coletados somente os dados concernentes (1) à nota do IDEB, (2) Taxa de Analfabetismo e (3) Distorção Idade Série. Todavia, levando-se em conta o entendimento predominante entre diversos estudiosos da área educacional de que os índices inicialmente adotados não constituem indicadores suficientes para a compreensão da realidade educacional, recorreu-se a uma rede de apoio ofertada ao TCMPA, pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB) e o Interdisciplinaridade Evidência e Debates Educacionais (IEDE), o que resultou, após realização de reuniões virtuais, na elaboração conjunta de questionários alinhados aos 7 (sete) eixos de abordagem que estruturam o projeto, possibilitando a ampliação e aprimoramento dos dados a serem coletados.

2ª FASE

em razão da impossibilidade da realização de viagens e a necessidade, ainda, de distanciamento social, nos meses de abril e maio de 2021, procedeu-se a aplicação dos questionários aos secretários municipais de educação e coordenadores pedagógicos das escolas localizadas nas zonas urbana e rural dos 16 (dezesseis) municípios do Arquipélago do Marajó, mediante entrevistas realizadas em plataforma virtual. Naquele momento, Oeiras do Pará ainda não fazia parte do Marajó.

3ª FASE

Na terceira fase, após a liberação de viagens, deu-se início ao ciclo de visitas, programado para alcançar os 17 (dezessete) municípios da Região do Marajó, com o objetivo de:

a) reunir com o Poder Legislativo, Ministério Público, Prefeito Municipal, Secretária Municipal de Educação e sua equipe técnica, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, integrantes dos Conselhos de Controle Social – Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb), e Conselho Municipal de Educação (CME), os Conselhos Escolares, representantes da sociedade civil e, onde houver, representantes locais das Universidades Públicas;

b) proceder a visitação de escolas, por amostragem, das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores. A finalidade das visitas aos municípios vai além de coletar/validar dados, mas, especialmente, oportuniza à equipe técnica conhecer e avaliar in loco da realidade vivida pelos alunos da rede pública de ensino, tanto em relação ao sistema educacional, quanto à situação sócio/econômica, bem como possibilita a sensibilização dos principais atores envolvidos com a concretização da política pública, buscando conscientizá-los da importância da participação de todos no Projeto.

4ª FASE

consiste na elaboração de diagnóstico, ou seja, na identificação das possíveis deficiências que ocasionam a ineficiência do sistema educacional, assim como na proposição de potenciais soluções, o que se faz com base no levantamento da situação escolar e nas informações coletadas a partir da aplicação dos questionários, da pauta das reuniões realizadas com as diversas instituições envolvidas, da observação direta das características locais geográficas, climáticas e culturais, bem como do conhecimento da gestão, em sua perspectiva administrativa, estrutura física das escolas, transporte, alimentação escolar e aspectos pedagógicos.

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas no **Município de Gurupá**, em conformidade com a metodologia acima exposta. A elaboração do presente relatório coube à equipe designada para proceder a visitação in loco, nos termos das Portarias nº 0346 e 0366-TCMPA, ambas de 12/04/2022.

3. DOS RESULTADOS

No período de 23 a 30 abril 2022

A equipe técnica visitou o Município de Gurupá. Na ocasião, foram realizadas reuniões com a Câmara dos Vereadores, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e equipe técnica, Conselhos de Controle Social (CAE, CACS-Fundeb, CME) e representantes da sociedade civil.

Procedeu-se, também, à visitação às escolas selecionadas das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

No presente relatório, os resultados dos trabalhos encontram-se expostos em **2 (duas) partes**. Na primeira delas, descreve-se a conjuntura do município a partir da demonstração dos indicadores educacionais, coletados e analisados, cotejando-os com o cenário Estadual e Nacional; na segunda, apresenta-se a avaliação das 7 (sete) dimensões da política educacional, que constituem os eixos estruturantes definidos no Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, que ao final subsidiará o encaminhamento de ações, que possam contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento da educação.

3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS

Segundo o INEP, ano base 2019, a rede pública municipal de ensino de Gurupá é composta por 8 (oito) unidades escolares na zona urbana e 80 (oitenta) unidades escolares na zona rural, para atender 14.447 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e sete) alunos matriculados.

De acordo com o último levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), realizado em 2010, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Gurupá ocupa no cenário regional (arquipélago do Marajó) o 8º lugar, e figura na posição nacional de nº 5.50s, com indicadores educacionais que revelam o baixo desempenho da rede municipal.

Esse resultado apresentado pelo IDH municipal é afetado, dentre outros determinantes, pelos indicadores educacionais ocorrentes no município, e neste caso também envolve o resultado apresentado pela rede de ensino estadual. A princípio, leva a entender que o resultado dos indicadores educacionais naquele ano não foi satisfatório.

Os dados educacionais referentes a 2019, quase 10 anos depois da divulgação do IDH, demonstram que o contexto desfavorável não foi revertido, conforme indicadores selecionados para avaliação do Projeto, a seguir evidenciados.

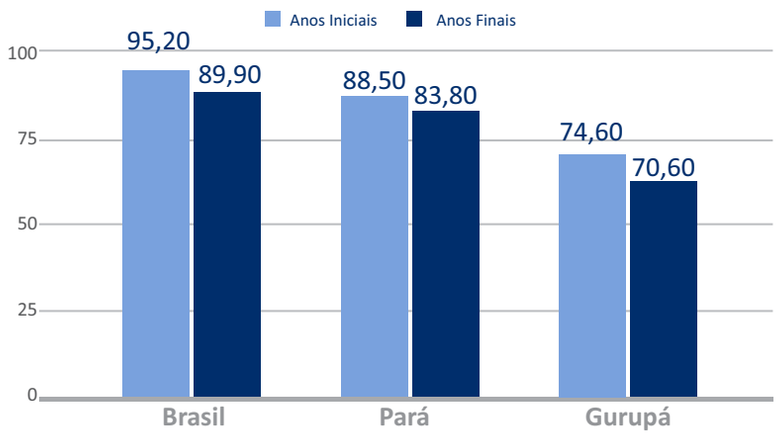
3.1.1. TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

As taxas de rendimento escolar de cada instituição constituem indicadores utilizados no cálculo do IDEB. São apuradas ao final de um ano letivo e indicam a quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola.

A taxa de reprovação de alunos do município de Gurupá é de 17,20% nos anos iniciais e de 16,70% nos anos finais, apresentando-se bem maior que a taxa de reprovação do Estado do Pará, no qual o índice apresenta-se em torno de 10% nos anos iniciais e finais, bem como o índice de abandono do município é 3 vezes maior que a média do restante do estado (Gráfico 1).

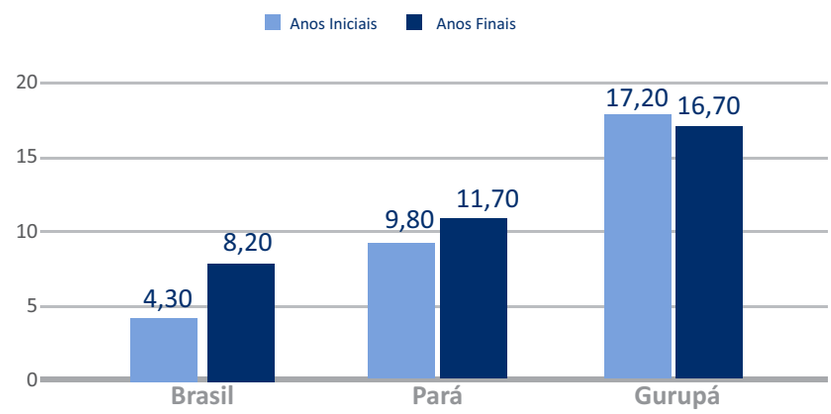
Gráfico 1 – Taxas de Rendimento Brasil/Pará/Gurupá - 2019

APROVAÇÃO



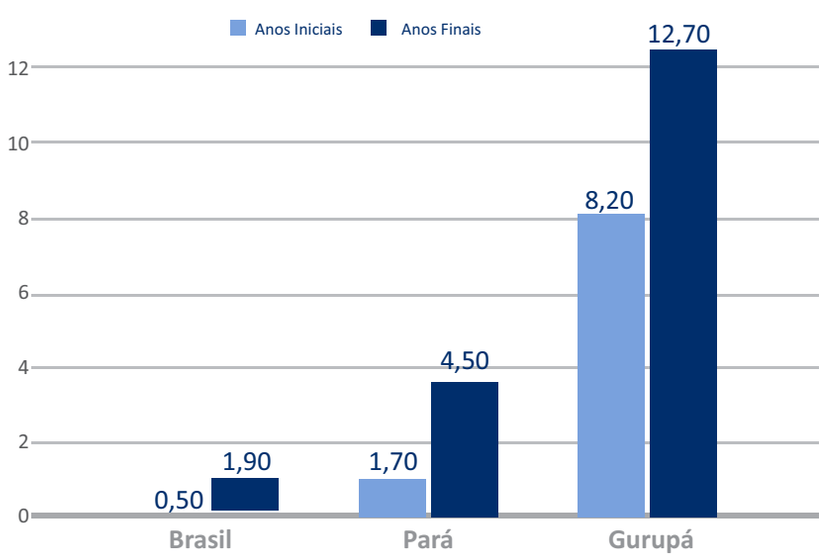
Fonte: INEP

REPROVAÇÃO



Fonte: INEP

ABANDONO



Fonte: INEP

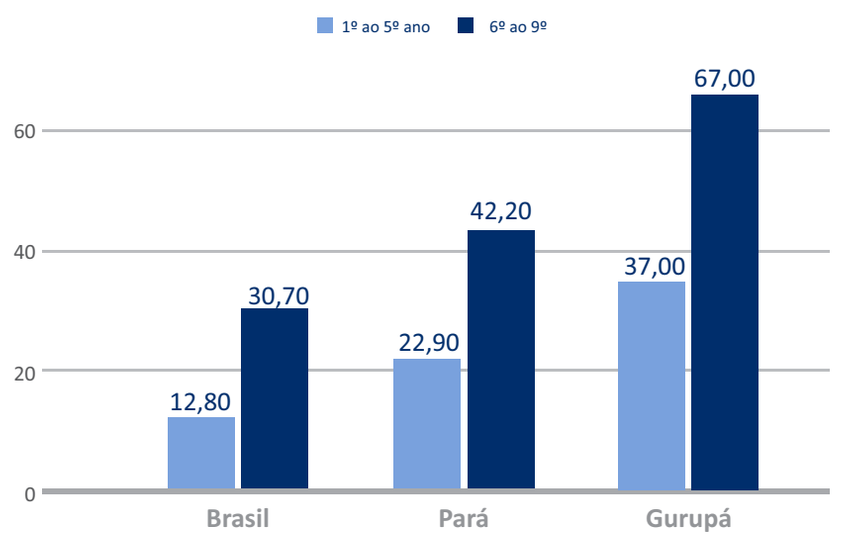
3.1.2 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série é definida pela proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, o ensino fundamental compreende a fase do 1º ao 9º ano, devendo-se garantir o ingresso da criança aos 6 anos de idade, com expectativa de conclusão dessa etapa de escolarização aos 14 anos.

A taxa de reprovação evidenciada no item anterior, em uma primeira análise, constitui fator que contribui para a distorção idade-série que, em Gurupá, é de 37,90% do total de alunos dos anos iniciais, que representa um acréscimo de mais de 65% acima do índice do restante do estado, que é de 22,90%, agravando-se nos anos superiores, quando essa taxa de distorção se eleva para aproximadamente 67%, ou seja, a cada grupo de 100 (cem) alunos, 67 (sessenta e sete) encontram-se com pelo menos 2 (dois) anos de atraso escolar (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxas de Distorção Idade Série Brasil/Pará/Gurupá - 2019

DISTORÇÃO IDADE SÉRIE (%)



Fonte: INEP

3.1.3. APRENDIZADO ADEQUADO

O aprendizado adequado pressupõe o domínio de competências que demonstrem a proficiência do aluno, ou seja, sua compreensão, habilidade, preparo e conhecimento em determinada disciplina. Com a aplicação da Prova Brasil, foram indicadas pontuações a partir das quais os alunos podem ser considerados com domínio da competência avaliada. De acordo com a pontuação obtida, os alunos são distribuídos em quatro níveis de proficiência (insuficiente, básico, proficiente e avançado). São considerados alunos com aprendizado adequado aqueles que têm bom aproveitamento e estão nos níveis proficiente e avançado (Quadro 1).

Quadro 1– Escala de Aprendizagem - 2019

NÍVEIS DE ENSINO		INADEQUADO		ADEQUADO	
		INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
5º ANO	PORTUGUÊS	0 a 149 pts	150 a 199 pts	200 a 249 pts	> de 250 pts
	MATEMÁTICA	0 a 174 pts	175 a 224 pts	225 a 274 pts	> de 275 pts
9º ANO	PORTUGUÊS	0 a 199 pts	200 a 274 pts	275 a 324 pts	> de 325 pts
	MATEMÁTICA	0 a 224 pts	225 a 299 pts	300 a 349 pts	> de 350 pts

Fonte: INEP

As altas taxas de reprovação e abandono são fatores que impactam no cálculo que define a escala de aprendizagem do aluno, condicionando, neste caso, ao nível de aprendizagem inadequado, seja no nível insuficiente seja no nível básico. De acordo com o Quadro 4, verifica-se que: a) a média da proficiência dos alunos de Gurupá do 5º ano em português e matemática está situada no nível básico, grau inadequado, situação idêntica do resultado apresentado pelo estado do Pará; b) a média da proficiência dos alunos do 9º ano em matemática está situada no nível básico, grau insuficiente, situação inferior ao resultado apresentado pelo estado do Pará; c) o percentual de alunos de Gurupá com aprendizado adequado em português baixou, do 5º ao 9º ano, de 18,00% para 13,00% e em matemática de 15,00% para 5,00%, resultando que na conclusão do ensino fundamental, de um total de 100 alunos, apenas 13 alunos têm aprendizado adequado em português e somente 5 alunos em matemática. Essa constatação alarmante é abaixo dos dados apresentados no estado do Pará e mais ainda no Brasil.

Quadro 2 – Aprendizado Adequado e Média de Proficiência Brasil/Pará/Gurupá - 2019

NÍVEIS DE ENSINO		APRENDIZADO ADEQUADO (% de alunos)			MÉDIA DA PROFICIÊNCIA		
		BRASIL	PARÁ	GURUPÁ	BRASIL	PARÁ	GURUPÁ
5º ANO	PORTUGUÊS	55,00	34,00	18,00	210,78	192,27	176,40
	MATEMÁTICA	45,00	23,00	15,00	223,90	202,54	189,36
9º ANO	PORTUGUÊS	33,00	21,00	13,00	254,10	242,24	228,89
	MATEMÁTICA	17,00	8,00	5,00	255,57	240,65	224,82

Fonte: INEP

3.1.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB é o principal indicador da qualidade do ensino no Brasil, medido em uma escala que vai de 0 a 10, cujo cálculo obtém-se a partir da combinação de dois critérios de avaliação da educação, que são: o aprendizado e o fluxo escolar. O aprendizado corresponde ao resultado dos estudantes avaliados no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aferido tanto pela Prova Brasil (avaliação censitária do ensino público) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que inclui também a rede privada, enquanto o fluxo representa a taxa de aprovação dos alunos.

No município de Gurupá, o baixo fluxo de alunos (decorrente das altas taxas de reprovação e de abandono) manteve o IDEB baixo em 2019, prejudicando o bom resultado alcançado.

O nível de aprendizagem dos alunos de Gurupá, tanto de 1º ao 5º ano quanto de 6º ao 9º ano, é em torno de 5%, estando muito próximo dos resultados do Pará, e ambos inferiores à realidade do país. Com relação ao fluxo, o índice situa-se entre 0,73 e 0,71, significando, em média, que, a cada 10 alunos, 7 seguem regularmente para a série posterior, realidade quase que idêntica aos dados do Pará. Também relevante é a repercussão que esses resultados estão gerando no IDEB: os alunos de Gurupá só conseguiram uma pontuação média de 3,5 (1º ao 5º ano) e 3,0 (6º ao 9º ano), enquanto a do Pará oscila de 4,7 a 3,9, e a do Brasil de 5,7 a 4,6, ou seja, o desempenho dos alunos de Gurupá está em um nível inferior ao do estado e a dois níveis inferiores ao do país (Quadro 3)

Quadro 3 – IDEB Brasil/Pará/Gurupá - 2019

		APRENDIZADO	FLUXO	IDEB
BRASIL	1º AO 5º ANO	6,02	0,94	5,66
	6º AO 9º ANO	5,21	0,89	4,64
PARÁ	1º AO 5º ANO	5,33	0,88	4,69
	6º AO 9º ANO	4,71	0,83	3,91
GURUPÁ	1º AO 5º ANO	4,79	0,73	3,50
	6º AO 9º ANO	4,23	0,71	3,00

Fonte: INEP

Na série histórica evidenciada no Quadro 4 constata-se que o município de Breves está com o IDEB abaixo do projetado, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, demonstrando que a rede municipal precisa de atenção.

Quadro 4– Série Histórica Projetada x Realizada - Brasil/Pará/Gurupá - 2015 -2019

IDEB ANOS INICIAIS	IDEB PROJETADO			IDEB REALIZADO		
	2015	2017	2019	2015	2017	2019
BRASIL	4,8	5,1	5,4	5,3	5,6	5,7
PARÁ	4,0	4,3	4,6	4,3	4,5	4,6
GURUPÁ	3,8	4,15	4,4	3,4	3,3	3,5
IDEB ANOS FINAIS						
	2015	2017	2019	2015	2017	2019
BRASIL	4,3	4,6	4,9	4,1	4,3	4,6
PARÁ	4,4	4,7	4,9	3,6	3,6	3,9
GURUPÁ	4,4	4,6	4,9	3,1	2,9	3,0

Fonte: INEP

3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES

3.2.1. FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A gestão das políticas municipais de educação, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (unidade gestora), requer conhecimento de gestão pública, das legislações que norteiam a área educacional, da realidade da rede de ensino em que irão atuar, dos recursos financeiros disponíveis, da importância da formação dos profissionais que integram o quadro de servidores, para tanto, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico para assinalar as deficiências e direcionar suas ações aos setores que merecem maior atenção.

Na avaliação, foram considerados aspectos relevantes e que reconhecidamente conduzem ou podem conduzir ao fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais, em médio e longo prazo, bem como levou-se em conta a adoção de medidas indispensáveis ao enfrentamento de situações urgentes e inadiáveis.

Planejamento

O planejamento constitui um importante instrumento para a eficiência no alcance dos resultados da gestão. É imprescindível, que o gestor municipal tenha conhecimento de sua realidade e das políticas públicas educacionais a serem implementadas, determine as diretrizes que envolvem todo o corpo técnico que compõe a gestão para juntos planejarem os objetivos, diretrizes e metas que permitirão o alcance dos objetivos estratégicos elencados.

a) Situação Encontrada

Na visita *in loco*, verificou-se que a gestão da Secretaria Municipal está fragilizada, a Secretaria não tem autonomia administrativa e financeira para gerir os recursos da educação. Não há um planejamento para definir as ações prioritárias da rede, da qual decorre a situação precária da infraestrutura dos estabelecimentos educacionais (instalações elétricas danificadas,

abastecimento de água precário, equipamentos e mobiliários insuficientes e inadequados, instalações prediais danificadas e inadequadas); do fornecimento da alimentação escolar e da oferta de transporte escolar.

b) Problema Identificado

A Secretária de Educação não gere os recursos da educação e não tem autonomia administrativa e financeira para tomada de decisão.

Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares.

c) Solução Proposta

Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento.

Fortalecer a SEMED no desempenho de suas funções, considerando a importância da democratização e da descentralização das decisões da aplicação dos recursos da educação.

Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede

É de grande relevância que o município possua uma plataforma de gestão em rede imprescindível para qualificar a administração e conseguir que os alunos realmente aprendam, não repitam o ano e frequentem a sala de aula, bem como para beneficiar gestores, professores, funcionários, alunos e pais com recursos que contribuam para a melhoria do desempenho do município, principalmente nas avaliações externas.

Uma plataforma que possibilite o gerenciamento do acervo acadêmico, criada para centralizar as informações e integrar os setores da Secretaria Municipal de Educação. O principal objetivo da plataforma é modernizar todos os setores da Secretaria. Mas possui também outras finalidades como: controle dos principais processos, reduzindo custos, tempo de trabalho e possibilidade de erros; gestão otimizada dos processos relativos ao corpo docente, inclusive dos concursos de designação temporária e remoção; agilidade nas rotinas de matrícula e disponibilização do resultado final;

possibilita melhorias nas práticas pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem; precisão e rapidez nas rotinas de prestação de contas à Secretaria de Estado da Educação e ao Ministério da Educação.

a) Situação Encontrada

Segundo informação do Secretária e constatação in loco, a SEMED não possui plataforma de acompanhamento com vistas à gestão de resultados. As atividades desenvolvidas pelos servidores dos diversos estabelecimentos educacionais ocorrem sem ferramentas de integração que possibilite a alimentação e remessa de informações de toda a rede, de forma tempestiva, e que assegure uma avaliação sistematizada e pormenorizada.

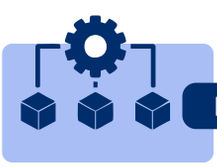
Existem apenas programas isolados, como o Aprova Gurupá, realizado em parceria com a UNDIME; Trilhando Saberes, projeto de intervenção voltado para a alfabetização e letramento; Tempo de Aprender. Mas não há um sistema de acompanhamento de rede unificado, sendo utilizadas também as avaliações externas como a prova SAEB

b) Problema Identificado

Inexistência de uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal.

c) Solução Proposta

Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede que possibilite um acompanhamento integrado e avaliativo da rede municipal.



Estrutura Organizacional da Rede

A estrutura organizacional diz respeito aos mecanismos indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades rotineiras, que compreende a infraestrutura do prédio, quadro de servidores (com definição de quantitativo e competências), tecnologia da informação, dentre outros

a) Situação Encontrada

Conforme informação da Secretária, a SEMED possui estrutura organizacional inadequada quanto a infraestrutura do prédio, há carência de servidores e de tecnologia da informação, e o acesso à internet é instável, prejudicando as ações da Secretaria.

b) Problema Identificado

Infraestrutura inadequada da Secretaria, carência de servidores e de tecnologia de informação, e dificuldades de acesso à internet, prejudicando o andamento dos projetos da rede municipal.

c) Solução Proposta

Providenciar estrutura física adequada, com tecnologia de informação para o cumprimento da sua missão institucional.

Revisar o quadro de servidores e estrutura organizacional para que se adequem às necessidades e demandas da rede municipal.

Seleção de Gestores Escolares

A definição e observância de critérios técnicos de mérito e desempenho qualificam a escolha de diretores de escola, e, por conseguinte, contribuem para a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Imprescindível destacar que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu como inconstitucional a eleição direta para diretores escolares, por ferir prerrogativa de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo (ADI 2997). Contudo, não há impedimento que se efetive a gestão democrática, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta à comunidade escolar, uma vez que tal providência guarda conformidade com Plano Nacional de Educação (Meta 19), e por conseguinte, nos Planos Municipais de Educação.

a) Situação Encontrada

Na visita *in loco* foi disponibilizada a Lei Municipal nº 938/2006, que estabeleceu o PCCR da rede municipal. Esse instrumento legal define eleições diretas para diretores e vice-diretores, sem o correspondente estabelecimento de critérios técnico-pedagógicos para essa escolha.

Segundo informação dos gestores escolares, a escolha dos diretores da rede municipal decorre de indicação do Prefeito, sem critérios técnicos de mérito e desempenho.

b) Problema Identificado

Não observância dos critérios técnicos de mérito e desempenho para escolha de diretor escolar, conforme disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação.

c) Solução Proposta

Adequar a legislação municipal, uma vez que o texto vigente prevê a realização de eleição direta de diretores, o que foi considerado pelo STF como inconstitucional (ADI 2997);

Estabelecer em lei a forma e os critérios objetivos de mérito e desempenho para indicação e nomeação de diretores de escola.

3.2.2. UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

A Constituição Federal preceitua que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (art. 205).

Ao tratar a educação como um direito de todos, a Carta Magna estabelece a universalização do ensino como caminho para construção de uma sociedade democrática, com a promoção do desenvolvimento da pessoa e de sua qualificação para o trabalho, determinado como dever correspondente a cargo da família e do Estado para alcançar tal fim, a colaboração, a promoção do acesso e da permanência de todos, principalmente das crianças e adolescentes, nos bancos escolares.

Realização de Busca Ativa Escolar

A busca ativa escolar é uma estratégia que objetiva garantir o retorno e a permanência dos alunos na escola, através de ações que envolvem a mobilização não somente dos educadores, mas de profissionais de diversas áreas como saúde, assistência social, conselho tutelar, o envolvimento da família, e que evitem o risco do abandono, intensificado pela pandemia, possibilitando aos

municípios a obtenção de dados relevantes para o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas favoráveis à inclusão escolar, efetivando a matrícula de crianças, jovens e adultos, assegurando assim a permanência de todos nas unidades escolares.

a) Situação Encontrada

Segundo informado pela SEMED, a rede municipal aderiu a plataforma Busca Ativa Escolar e ao selo UNICEF. O mapeamento para lidar com a evasão escolar está ocorrendo por meio de consulta e monitoramento de crianças e projeção da idade escolar; levantamento da demanda manifesta; visita às comunidades, mobilização da rede de profissionais do setor público e utilização de plataforma disponibilizada pelo MEC.

De acordo com os dados coletados no Censo Educacional/INEP, no período 2019-2021 houve uma pequena redução no número total de matrículas do ensino fundamental de 1º ao 5° ano, e aumento nas matrículas da educação infantil, do ensino fundamental de 6ª ao 9º ano (apesar do aumento, não conseguiu chegar ao patamar de 2019), e da EJA, que triplicou(Quadro 5).

Quadro 5 – Gurupá: Matrículas realizadas - 2019-2021

NÍVEIS DE ENSINO (EDUCAÇÃO)	2019	2020	2021
Infantil	2.131	1.934	2.364
Fudamental - 1º ao 5º	6.610	6.873	6.553
Fudamental - 6º ao 9º	4.049	3.769	3.875
Fudamental - 6º ao 9º	553	920	1.655
TOTAL	13.343	13.496	14.447

Fonte: Censo Escolar/INEP

b) Problema Identificado

A busca ativa realizada não produziu resultado favorável quanto ao segmento de educação fundamental menor (1º ao 5º ano).

c) Solução Proposta

Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos do ensino fundamental do primeiro segmento, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal

Para checagem do conhecimento dos alunos em habilidades/objetivos de aprendizagem específicos, necessária se faz a realização de procedimento avaliativo diagnóstico periódico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica.

a) Situação Encontrada

Segundo informado pela gestão, a SEMED realiza avaliações periódicas bimestralmente, no sentido de medir o nível de absorção de aprendizagem pelas turmas da rede pública municipal. Os gestores escolares informaram que a avaliação diagnóstica realizada no município ocorre no ingresso do aluno e no decorrer do período letivo.

b) Problema Identificado

Não foi identificado problema.

c) Solução Proposta

Não se aplica

Projetos Pedagógicos com Vistas à Melhoria dos Resultados

A melhoria dos indicadores relativos à nota do IDEB, taxa de analfabetismo e distorção idade-série requer, dentre outras ações, a elaboração de projetos que contemplem estratégias pensadas pela gestão a partir da realidade local.

a) Situação Encontrada

A visita *in loco* possibilitou verificar que alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental apresentam dificuldades na escrita, leitura e interpretação, caracterizando situação de analfabetismo absoluto e funcional no município. Alunos do 6º ao 9º ano apresentam distorção idade-série. No entanto, a SEMED informou estar executando projetos pedagógicos com vista à melhoria dos indicadores educacionais: Projeto Educação no rádio; Portal do aluno; Trilhando Saberes; Aprova Gurupá.

Segundo os gestores escolares, o Projeto Político Pedagógico (PPP) está em processo de atualização, oferecendo a SEMED apoio pedagógico às escolas.

b) Problema Identificado

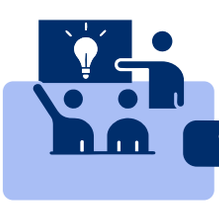
Projeto Político Pedagógico desatualizado nas unidades escolares visitadas.

Existência de projetos pedagógicos específicos em andamento na rede municipal, mas que ainda não estabelecem estratégias para reduzir a taxa de analfabetismo e da distorção idade-série na rede de ensino.

c) Solução Proposta

Assegurar apoio técnico pedagógico às escolas para atualização dos PPP's, em consonância com o projeto pedagógico da rede municipal.

Elaborar e executar projetos comuns a todos as escolas que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.



Turmas Multisseriadas

As turmas multisseriadas seguem regulamentação da Resolução CNE/CEB nº 002/2008 e atendem aos alunos que se encontram na mesma classe, porém possuem faixas etárias e séries diversas. Um único professor ministra conteúdos diferenciados correspondentes a cada ano escolar. É uma forma de ensino comum na zona rural em razão de fatores como acesso difícil, número reduzido de alunos na localidade e carência de professores.

Destaca-se que esta organização de ensino requer tanto da parte do gestor municipal apoio técnico e financeiro, como da parte do professor conhecimento e habilidade no desenvolvimento da metodologia que será eficaz ao alcance do ensino aprendizagem dos alunos matriculados nessas turmas.

a) Situação Encontrada

De acordo com a SEMED, nas 80 escolas da zona rural existem 205 turmas multisseriadas, e a SEMED vem atuando de forma a capacitar os docentes que atuam neste segmento com o uso de metodologia apropriada ao ensino multissérie, distribuição de material didático apropriado, acervo bibliográfico, programa Trilhando Saberes, formação continuada para docentes que atuam em turmas multisseriadas.

b) Problema Identificado

Não há problema identificado

c) Solução Proposta

Não se aplica

Retorno às Aulas Presenciais

Em decorrência da pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, o Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 11/2020, aprovando orientações educacionais no âmbito nacional para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais na rede de ensino. Em seguida, editou a Resolução nº 15/2020, estabelecendo diretrizes nacionais para a implementação da Lei nº 14.040/2020, com relação às normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020), estabelecendo enfim orientação às redes de ensino quanto a integração curricular e a prática das ações educacionais em âmbito nacional no período da pandemia

a) Situação Encontrada

Na visita *in loco* foi entregue pela SEMED o "Plano de Retomada das Aulas Presenciais na Rede Pública de Gurupá", indicando o retorno às atividades escolares de forma híbrida com calendário diferenciado no dia 11/02/2022 e o calendário normal a partir do dia 03/03/2022, sendo que as escolas da zona rural estão com horários diferenciados, pela falta de alimentação escolar em algumas escolas ou em decorrência do horário da maré.

O Plano estabeleceu medidas obrigatórias de biossegurança às escolas tanto nos ambientes, como na alimentação escolar e transporte escolar, e orientações sobre as práticas pedagógicas no retorno às aulas.

b) Problema Identificado

Precariedade da infraestrutura das unidades escolares no que se refere a energia elétrica, água potável, escolas com excesso de alunos e dividindo turmas na mesma sala de aula. Há ausência de condições higiênico-sanitárias, em especial na zona rural, para possibilitar o retorno no período pretendido.

c) Solução Proposta

Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal.

Calendário Escolar - Carga Horária Mínima Anual

A Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu artigo 31, inciso II, que a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

A Lei nº. 14.040/2020, em virtude da pandemia, estabeleceu as seguintes exceções:

i. Para a educação infantil, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional (200 dias) e o cumprimento da carga horária mínima anual (800 horas); e

ii. Para o ensino fundamental, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar (200 dias), desde que cumprida a carga horária mínima anual (800 horas).

a) Situação Encontrada

Conforme informações dos profissionais da educação e verificado in loco, há comprometimento da carga horária mínima anual determinada pela LDB nas escolas da rede municipal, em decorrência tanto da baixa disponibilidade de alimentação escolar para os alunos quanto da existência de alunos matriculados acima da oferta de vagas disponíveis, resultando:

i. Na restrição do período normal de aula nas escolas das zonas urbana e rural, no máximo, a 3,5 horas/dia.

ii. Na restrição das aulas a duas vezes por semana, principalmente na zona rural.

iii. Na existência de turmas no turno intermediário, com a consequente diminuição da jornada dos turnos da manhã e da tarde, situação predominante na zona urbana.

iv. Na existência de mais de uma turma na mesma sala de aula ou no uso dos espaços de uso comum na escola, comprometendo o processo de aprendizagem e a absorção do conteúdo programático, predominante na zona rural.

b) Problema Identificado

Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais.

c) Solução Proposta

Regularizar a distribuição diária dos gêneros alimentícios da alimentação escolar para os alunos nas escolas da rede municipal, para garantir a presença diária e sistemática dos alunos nas escolas.

Ampliar o número de salas de aula nas escolas da rede municipal, para garantir a compatibilização da oferta e da demanda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

3.2.3. INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A infraestrutura escolar abrange espaço físico arejado e com acessibilidade, contendo salas de aulas espaçosas, banheiros, refeitórios, biblioteca, compreendendo também mobiliário e equipamentos adequados tanto à idade quanto ao atendimento das pessoas com deficiências especiais.

a) Situação Encontrada

Nas visitas *in loco* realizadas nas escolas da zona rural e urbana, ficaram evidentes os seguintes aspectos:

i. geração de energia elétrica insuficiente ou inexistente, sobretudo na zona rural, onde algumas escolas fazem uso de geradores em curtos períodos de tempo durante o dia, possibilitando apenas o funcionamento de luminárias;

ii. abastecimento de água precário, inclusive sem controle de potabilidade da água;

iii. equipamentos e mobiliários insuficientes e/ou inadequados;

iv. instalações prediais danificadas e inadequadas, inclusive sem acessibilidade.

v. Existência de obras paralisadas com recursos liberados pelo FNDE/MEC, que precisam ser reavaliados pela rede e adequados à realidade atual, para a efetiva conclusão dessas obras.

Fotos 1 a 6 - Escola Municipal nas Zonas Urbana e Rural

b) Problema Identificado

Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios; carência de mobiliários.

Existência de obras paralisadas com recursos liberados pelo FNDE/MEC.

c) Solução Proposta

Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares.

Providenciar a regularização das obras paralisadas, observando a capacidade financeira da rede municipal, no sentido de que sejam disponibilizadas a abertura de novas turmas de educação infantil, maior incentivo à prática esportiva e diminuição de turmas no horário intermediário.

3.2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O art. 208 da Constituição Federal prevê que é dever do Estado garantir o atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei nº 11.947/2009, que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dispõe que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas na legislação correlata. Estabelece ainda que o município destine pelo menos 30% dos recursos repassados pelo PNAE para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Cabe ressaltar que a obrigação da União, através do PNAE, é de caráter suplementar, ficando ao encargo dos estados e municípios, a função principal de oferecer aos seus alunos do ensino básico, a alimentação escolar.

Elaboração de Cardápios

Considerando o disposto na resolução CD/FNDE nº 06/2020, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo Responsável Técnico (RT) do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

a) Situação Encontrada

Segundo informações dos gestores escolares, a execução do programa de alimentação escolar necessita de ajustes. Os cardápios elaborados para escolas da zona urbana e da zona rural apresentam diferenças em suas especificações, em razão da impossibilidade de armazenamento de produtos que necessitam de refrigeração.

A alimentação fornecida aos alunos da zona rural é de baixo valor nutricional, em relação à alimentação disponibilizada aos alunos da zona urbana.

b) Problema Identificado

A alimentação fornecida é de baixo valor nutricional, em especial nas escolas da zona rural, com priorização na oferta de produtos industrializados e processados.

c) Solução Proposta

Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural.

Aquisição de Gêneros Alimentícios

A Aquisição dos gêneros alimentícios deve ser pautada no cardápio elaborado pela nutricionista (Responsável Técnico), observando as diretrizes do PNAE e priorizando a alimentação saudável, com respeito aos hábitos alimentares, a cultura alimentar local, os alimentos in natura, evitando alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional, e resguardando a aplicação do percentual de 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

a) Situação Encontrada

Conforme relato do responsável pelo Departamento de Alimentação Escolar (DAE), a quantidade de gêneros contratada, considerando o aporte de recursos do tesouro municipal, é insuficiente para atender os 22 (vinte e dois) dias letivos/por mês, e devido ao atraso na licitação para aquisição dos produtos, ainda não se encontra regularizada a distribuição dos gêneros alimentícios para as escolas.

Ainda segundo o responsável pelo DAE, o município não consegue superar a aplicação mínima de 30% (trinta por cento) do total dos recursos repassados por conta do PNAE, com a aquisição de gêneros oriundos da agricultura familiar, tendo sido finalizada a contratação dos produtos e iniciada a entrega dos mesmo por parte dos produtores rurais habilitados. Contudo, há de se considerar certa restrição quanto à variedade de itens disponíveis para aquisição.

b) Problema Identificado

Recursos financeiros insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar.

Necessidade de dotar as escolas da zona rural com a oferta de cardápios que ofereçam melhores condições de nutrição aos alunos, bem como a garantia de entrega dos gêneros alimentícios suficientes para o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar nesses estabelecimentos de ensino.

c) Solução Proposta

Pleitear ao FNDE o aumento no repasse de recursos do PNAE, diante dos elevados custos de aquisição e distribuição de gêneros alimentícios para as escolas rurais, decorrentes das particularidades geográficas da região - distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso, que impõe a necessidade de reexame do valor per capita.

Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar.

Distribuição de Gêneros Alimentícios

a) Situação Encontrada

Segundo informação dos gestores escolares, os gêneros alimentícios são entregues intempestivamente e em quantidade insuficiente para atender o período letivo mensal; a distribuição às escolas não contempla a variedade de gêneros alimentícios necessária à elaboração da alimentação em conformidade com o cardápio; os gêneros alimentícios, inclusive da agricultura familiar, não são entregues diretamente às escolas, mas distribuídos ao diretor na sede da SEMED; e não há cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores contratados, dentro do período legal estabelecido, dificultando a execução de um cronograma pré-estabelecido de distribuição dos produtos para as escolas da rede de ensino.

b) Problema Identificado

O prazo para os fornecedores entregarem os gêneros alimentícios é muito extenso, atrasando a entrega para as escolas dos itens que compõem as preparações planejadas pela nutricionista da SEMED. Além disso, os gêneros alimentícios entregues às escolas são insuficientes, não existindo controle efetivo da Secretaria no cumprimento dos prazos de entrega por parte dos fornecedores.

A distribuição dos gêneros alimentícios é feita diretamente ao diretor na sede da SEMED.

c) Solução Proposta

Controlar o cumprimento efetivo dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED, prestando orientação ao(s) servidor(es) responsável(is) quanto ao correto recebimento e controle.

Adotar um sistema eficiente de controle de entrada e saída de gêneros alimentícios.

Distribuir os gêneros alimentícios às escolas em quantidade e variedade necessárias ao cumprimento do cardápio.

Armazenamento de gêneros alimentícios

a) Situação Encontrada

Segundo relato dos diretores, as escolas visitadas não dispõem de local adequado para armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, assim como o mobiliário e equipamentos diversos também não são adequados para proporcionar melhores condições de armazenamento e não há controle manual ou eletrônico do estoque e do prazo de validade dos gêneros alimentícios.

Fotos 7 a 8 – Armazenamento de gêneros alimentícios no depósito da SEMED

b) Problema Identificado

Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem.

As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados.

c) Solução Proposta

Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto na SEMED quanto nas escolas.

Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade.

Acompanhamento e Execução do Trabalho

a) Situação Encontrada

A SEMED possui em seus quadros somente uma nutricionista para acompanhar o Programa, sendo insuficiente para realizar o acompanhamento das ações de alimentação e nutrição em toda a rede pública municipal.

b) Problema Identificado

Número insuficiente de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal.

c) Solução Proposta

Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista.

3.2.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o Estado deve garantir programas públicos de transporte escolar, assegurando acesso e permanência na escola para os alunos da zona rural.

O Art. 11, VI, da Lei nº 9.394/96 obriga os municípios a assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. Não afastando a responsabilidade solidária de todos os Entes da Federação frente ao que está estabelecido no Art.208, VII, da Constituição.

Assim, são necessárias providências aptas a assegurar que o poder público cumpra o seu dever de viabilizar o acesso de crianças à escola, viabilizando condições adequadas, regulares e seguras para a prestação do serviço de transporte escolar, observando principalmente o atendimento às regras de segurança em vigor.

Na prática, essa prestação de serviço é garantida por meio de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), pelo Programa Federal "Caminho da Escola", e recursos de ordem estadual e municipal.

Formas de Atendimento de Transporte Escolar

Na atualidade, a política pública de transporte escolar é garantida por meio de utilização veículos (ônibus e micro-ônibus) e embarcações (lanchas) do Programa "Caminho da Escola", do FNDE, bem como por locação de veículos e barcos de terceiros, por meio de contratação custeada com recursos do PNATE e outras fontes de recursos pertencentes ao estado e/ou município.

a) Situação Encontrada

Na visita *in loco* verificou-que no município o transporte escolar ocorre por meio de 08 ônibus (sendo 04 sucateados e 04 do Programa "Caminho da Escola"), que atendem àquelas localidades que possuem acesso à sede municipal por estrada; por 03 lanchas do Programa "Caminho da Escola", e por cerca de 300 embarcações, de médio porte, que atendem a maioria das escolas da zona rural, constituindo-se, portanto, na forma predominante de transporte dos alunos.

b) Problema Identificado

Falta de segurança apresentada pelas lanchas do Programa "Caminho da Escola", na travessia do rio Amazonas em direção às escolas da zona rural.

As embarcações contratadas pela rede apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança e lotação.

Fotos 9 e 10 - Embarcações contratadas e ônibus do Programa "Caminho da Escola" em Gurupá

c) Solução proposta

Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação.

Contratação dos Serviços Prestados

a) Situação Encontrada

O responsável pela área de transporte escolar informou que a contratação de transporte fluvial no município se dá diretamente com os proprietários das embarcações, responsabilizando-se a Secretaria pelo pagamento do serviço do barqueiro e o uso da sua embarcação, e pelo combustível consumido no trajeto efetuado pelos barqueiros, sendo os recursos transferidos diretamente para a conta corrente de cada barqueiro.

Os barqueiros têm questionado o valor pago aos seus serviços, primeiro porque é a metade do valor de um salário-mínimo, e segundo porque não cobre a manutenção e os serviços realizados nas embarcações, o que vem gerando insatisfação na prestação do serviço de transporte escolar realizado no município.

b) Problema Identificado

Insatisfação dos prestadores de serviço de transporte escolar em decorrência do reduzido valor pago pelo serviço do barqueiro e pelo uso da sua embarcação.

c) Solução Proposta

Readequar o valor pago aos barqueiros pelos serviços prestados no transporte escolar.

3.2.6. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Garantir uma educação pública de qualidade requer, dentre outras medidas, adoção de ações que garantam a qualidade nas condições de trabalho dos educadores e sua remuneração condigna, assegurado nos termos do art. 67 Lei nº 9.394/96 (LDB) e consubstanciado na meta 18 do PNE.

Estruturação do Quadro de Servidores

A Meta 18.1 do PNE estabeleceu que, até o início do terceiro ano de vigência do plano, ou seja, 2017, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares às quais se encontrem vinculados.

a) Situação Encontrada

Segundo informação da SEMED, foram realizados concursos públicos em 2015 e 2020 e o quadro de servidores em efetivo exercício na educação da rede é o seguinte: dentre os profissionais do magistério, 32,4% são concursados e 67,6% temporários; dentre os profissionais da educação não docentes, 37,7% são concursados e 62,3% temporários (Quadro 7).

Quadro 7 - Servidores em efetivo exercício na rede municipal de Gurupá – 2021

SERVIDORES DO MAGISTÉRIO	TOTAL	%
EFETIVOS	355	32,4
TEMPORÁRIO	742	67,6
TOTAL	1.097	100,0

SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	TOTAL	%
EFETIVOS	627	37,7
TEMPORÁRIO	1.036	62,3
TOTAL	1.663	100,0

Fonte: REI/TCMPA

b) Problema Identificado

O número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017.

c) Solução proposta

Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério.

Remuneração

A remuneração do servidor integra o processo de valorização do servidor, e pressupõe uma remuneração condigna, de desenvolvimento do processo formativo e condições mínimas de trabalho, e que devem estar consubstanciadas no Plano de Carreiras do Servidor (PCCR).

Aos profissionais da educação é assegurada a existência de Plano de Carreiras tendo como referência o Piso Salarial Profissional Nacional, estabelecido nos termos do inciso VIII, Art. 206 da Constituição Federal, e regulamentado pela Lei nº 11.738/2008.

a) Situação Encontrada

A estrutura de carreira e remuneração do pessoal do magistério e apoio escolar do município está prevista na Lei nº 1.223/2016 (PCCR), que define, dentre outros parâmetros, que:

i. A investidura no cargo de professor dar-se-á mediante concurso público;

ii. Qualquer cidadão que tenha habilitação para o cargo de professor poderá exigir a realização de concurso público para o cargo, no caso do cargo estiver sendo ocupado por profissional não concursado, por mais de 06 (seis) anos;

iii. Os grupos ocupacionais do magistério e apoio escolar são enquadrados em 05 (cinco) níveis de classificação, determinados pelo grau de formação em nível médio ou superior e habilitação específica para cada cargo;

iv. A jornada de trabalho do professor, em regência de classe, pode ser de 20, 30, 36 e 40 horas semanais;

v. A remuneração do professor corresponde ao vencimento relativo à referência da classe e ao nível de habilitação em que se encontra acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

Segundo a entrevista realizada junto aos profissionais do magistério nas escolas visitadas, os dispositivos referentes ao PCCR vêm sendo cumpridos somente aos servidores efetivos, não ocorrendo a mesma situação em relação aos professores contratados sob a forma temporária, visto que esses profissionais:

i. São contratados, sem a devida celebração do instrumento legal;

ii. O período de contratação não segue nenhuma norma legal, e não contempla todo o período do ano letivo da rede municipal, ou seja, restringe-se ao início e término de cada semestre do ano letivo, resultando em duas contratações durante o mesmo ano, não garantindo a esse profissional a remuneração pelo período que ele está planejando o conteúdo programático do segundo semestre, a sua participação ao final do ano quando se inicia o processo de planejamento e organização para o próximo período letivo, o pagamento das férias e do 13º salário que lhe são de direito, contrariando, dessa forma, a legislação vigente;

iii. A jornada de trabalho dos temporários em regência de classe é restrita exclusivamente a 20 horas semanais, independente da existência de carga horária disponível na escola, enquanto os professores efetivos exercem jornada de 40 horas semanais;

iv. Não há a estrita exigência do correspondente grau de formação em nível superior e habilitação específica para cada cargo, conforme define a LDB, para a contratação de professor temporário, principalmente nas escolas da zona rural, tendo sido constatada a existência de professor temporário com a formação apenas do ensino médio e de professor lecionando em área distinta de sua formação básica;

v. A remuneração do professor temporário é inferior ao valor que corresponde aos vencimentos iniciais e da remuneração básica da carreira, sem levar em consideração o nível de habilitação em que se encontra o profissional e sem incorporar as vantagens pecuniárias a que fizer jus;

vi. A existência de professores temporários em escolas com até 10 (dez) anos nessa mesma situação contratual.

b) Problema Identificado

Contratação dos profissionais do magistério de forma temporária, em desacordo à legislação vigente.

Tratamento desigual no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério temporários.

c) Solução Proposta

Regularizar a contratação temporária dos profissionais do magistério em conformidade à legislação vigente.

Assegurar aos servidores temporários o tratamento remuneratório isonômico previsto no PCCR, no que couber

Formação de Docentes

A formação continuada dos professores se constitui num importante instrumento de aprimoramento das práticas pedagógicas e das metodologias de ensino que serão utilizadas em sala de aula. É um processo de aprimoramento dos saberes e que irão assegurar uma atuação docente mais efetiva e que resulte na melhoria da qualidade do ensino.

a) Situação Encontrada

A gestão da SEMED informou que durante a pandemia foi oferecida formação para os docentes sobre utilização de plataforma digital, com vistas à preparação de material pedagógico para o ensino à distância, que resultou na criação do Portal do Aluno, que é um ambiente virtual no qual os professores da rede prepararam e disponibilizaram atividades e tarefas do ensino fundamental e da EJA que normalmente eram trabalhados de forma presencial e que agora estão disponíveis *on line*. Foi informado também que cerca de 70% dos profissionais do magistério não têm graduação.

Segundo a entrevista realizada junto aos profissionais do magistério, as demais capacitações que ocorrem se restringem àqueles que estão exercendo a gestão escolar, com o intuito de subsidiar o planejamento escolar. Não há capacitação específica para os professores que se encontram em regência de classe, resultando com que o conhecimento repassado aos alunos se restrinja ao conteúdo dos livros didáticos, o que é agravado naquelas situações em que o professor não tem a habilitação necessária para as disciplinas lecionadas e/ou com a contínua mudança de disciplinas a cada ano letivo.

Foi informado também pelos professores a realização de capacitação em educação financeira, por meio de um curso on line oferecido pelo Banco do Brasil e Universidade Federal de Juiz de Fora, mas que tem atendido somente as escolas da zona urbana.

b) Problema Identificado

Precariedade de formações continuadas para os professores da rede, em especial para os docentes que se encontram em regência de classe.

c) Solução Proposta

Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada.

3.2.7. FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS

É fundamental e necessário estimular o controle social dos recursos da educação, adotando, dentre outras medidas, o funcionamento regular e autônomo dos conselhos de acompanhamento e controle social da área de educação, para que lhes sejam garantidas condições previstas na legislação para cumprir seu papel institucional.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) vem estimulando os Tribunais de Contas de todo o país a prestar apoio a esses conselhos sociais, e inclusive editou a Resolução nº 03/2015, que voltado exclusivamente para a temática "Controle externo nas despesas com educação".

Nesse sentido, a visita in loco aos CAE, CME e CACS-Fundeb teve por objetivo identificar o funcionamento desses conselhos de controle social de Breves, avaliando as condições de apoio para garantia da realização de suas atribuições.

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb)

O CACS-Fundeb é responsável pela fiscalização e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, juntamente com os órgãos de Controle Interno, Tribunais de Contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto no art. 30 da Lei nº 14.113/2020 que regulamenta o novo FUNDEB.

a) Situação Encontrada

Os membros do CACS-Fundeb relataram os seguintes fatores que inviabilizam sua atuação efetiva:

i. inexistência de um planejamento anual de suas ações;

ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do FUNDEB e PNATE, destacaram que o Conselho não tem pleno conhecimento de suas atribuições, nem das legislações que norteiam.

iv. não são cientificados e convidados a acompanharem a realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviços;

v. não realizam visita in loco aos estabelecimentos escolares;

vi. ausência de dados no Portal da Transparência dos municípios.

Os membros integrantes do CACS-Fundeb informaram que a Secretaria Municipal de Educação garante ao Conselho infraestrutura e condições logísticas adequadas à realização de suas atividades, que se reúnem mensalmente, porém não possuem plano de ação anual para execução das atividades de sua competência.

Foto 11 – Reunião com os membros dos Conselhos Sociais em Gurupá - 2022

b) Problema Identificado

Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb;

Carência de conhecimento das atribuições do CACS-FUNDEB;

Não entrega da documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB e PNATE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CACS-Fundeb;

Não realizam visitas in loco no sentido de verificar a aplicação dos recursos do FUNDEB e PNATE.

Não disponibilização das informações no Portal da Transparência dos municípios.

c) Solução Proposta

Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais;

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE;

Garantir a logística adequada ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando veículos para o deslocamento para realização das visitas in loco;

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CACS-Fundeb;

Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho.

Providenciar a disponibilização das informações relativas à execução da receita e despesa dos recursos do FUNDEB e PNATE de forma acessível no Portal da Transparência do município.

Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE)

O CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo, representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos.

O CAE tem como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo FNDE, que complementa o recurso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução do PNAE.

a) Situação Encontrada

Os membros do CAE foram empossados recentemente e relataram os seguintes fatores que inviabilizam sua atuação efetiva:

i. inexistência de um planejamento anual de suas ações;

ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do PNAE;

iii. não disponibilização dos meios para garantir infraestrutura e condições logísticas adequadas para desempenharem suas funções;

iv. necessidade de efetuar a solicitação tempestiva da documentação para a SEMED, pertinente a prestação de contas dos recursos do PNAE, bem como requerer diligências necessárias ao acompanhamento da execução do Programa no município;

v. ausência de ciência e convite por parte da SEMED, para acompanhamento da elaboração do cardápio, da realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar.

Foto 12 – Reunião com os membros do CAE em Breves - 2021

b) Problema Identificado

i. Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE

ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do PNAE;

iii. não disponibilização dos meios para garantir infraestrutura e condições logísticas adequadas para desempenharem suas funções;

iv. entrega intempestiva da documentação pertinente a prestação de contas dos recursos do PNAE, bem como não envio de devolutiva referente às diligências solicitadas;

v. não são cientificados e convidados a acompanharem a realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviços.

c) Solução Proposta

Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais;

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE;

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet;

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do PNAE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CAE;

Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências a serem emanadas pelo Conselho.

Conselho Municipal de Educação (CME)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 (LDB) amparam a existência, enquanto instituição, do CME. O PNE, na estratégia 19.5, da Meta 19, define o estímulo à criação e ao fortalecimento dos CMEs, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

a) Situação Encontrada

Segundo informação de seus membros, o CME foi instituído pela Lei Municipal nº 795, de 28/06/1995, e vem atuando nas atribuições de sua competência. Conta com apoio necessário à realização das suas atividades, possui equipe administrativa, equipamentos de informática, acesso à internet, mobiliários e disponibilidade de veículo ou barco para deslocamento dos seus membros, quando necessários à fiscalização.

Mesmo assim, os seus membros não se sentem com o conhecimento suficiente e com segurança quando há necessidade de credenciamento de escolas ou estabelecer normas para instalação e funcionamento de entidades educacionais. Nesse momento, transferem essa atribuição ao Conselho Estadual de Educação, assumindo um papel secundário nesse processo.

b) Problema Identificado

Ausência de conhecimentos necessários ao credenciamento e estabelecimento de normas para instalação e funcionamentos de estabelecimentos de ensino no município

c) Solução proposta

Articular com o Conselho Estadual de Educação para realizar capacitação dos membros do CME, para o pleno exercício de suas funções e atividades.

Conselho Escolar (CE)

O artigo 206 da Constituição Federal definiu que a educação pública no Brasil, deve ser pautada, com destaque para a gestão democrática do ensino. A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seus artigos 14 e 15, estabeleceu a obrigatoriedade de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares enquanto princípio de gestão democrática, atribuindo aos sistemas de ensino assegurar às unidades escolares públicas de educação básica gradativos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O Conselho Escolar se constitui como órgão colegiado com representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar que tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da comunidade, família, alunos, professores e funcionários no bom funcionamento da escola, contribuindo tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

a) Situação Encontrada

De acordo com as informações prestadas pela gestão, existem 63 Conselhos Escolares constituídos no município, 44 deles em situação regular e outros 19 superando pendências bancárias e de cartório devido à renovação do conselho.

Conforme dados declarados pelos conselheiros existem diversos fatores que interferem na atuação dos representantes do Conselho Escolar, que se referem a:

i. Desempenho de suas funções sem o conhecimento necessário dos instrumentos legais que norteiam sua atuação;

ii. Baixa participação da comunidade escolar no processo de mudança de mandato dos membros do Conselho;

iii. Demora considerável no trâmite de registro e atualização de Atas do Conselho no Cartório.

iv. Demora para regularização dos procedimentos de regularização da conta e emissão do Cartão para movimentação dos recursos do PDDE na agência local do Banco do Brasil

b) Problema Identificado

Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar.

Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho;

Retardo no trâmite de registros de Atas do Conselho no Cartório, pois há uma concentração das demandas de todas as escolas municipais.

Agendamentos demorados para atendimento dos conselheiros na agência bancária, dificultando a regularização da conta e expedição de cartão para movimentação dos recursos do PDDE.

c) Solução Proposta

Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar.

Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar.

Articular com o cartório para agilizar os procedimentos de registros e atualização dos conselhos escolares.

Articular junto à Gerência da agência Bancária, procedimentos que proporcionem um menor tempo de atendimento às demandas oriundas dos conselhos escolares, sobretudo o tempo para emissão do cartão de movimentação da conta.

CONCLUSÃO

Com a realização da visita *in loco* no município de Gurupá consolida-se a etapa de elaboração do diagnóstico. O trabalho evidenciou a existência de estabelecimentos escolares com situação precária de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias, que necessitam de providências necessárias à garantia de um ambiente escolar seguro aos estudantes e com condições mínimas de funcionamento no retorno às aulas presenciais.

Foi também possível constatar a ausência de planejamento das ações indispensáveis ao cumprimento das atividades de ensino-aprendizagem da rede de ensino e à melhoria dos indicadores educacionais do município, que perpassam pela falta de autonomia administrativa e financeira da Secretaria de Educação, ausência de plataforma de gestão de resultados, precariedade da infraestrutura das unidades escolares no que se refere a energia elétrica, água potável, escolas com excesso de alunos e dividindo turmas na mesma sala de aula, insuficiência de formações continuadas dos profissionais da educação, não cumprimento do calendário escolar, fragilidade na operacionalização do PNAE e PNATE, falta de apoio para atuação dos Conselhos de Controle Social (CME, CAE e CACS/FUNDEB) e dos conselhos escolares.

A despeito das dificuldades decorrentes da localização das características geográficas e da extensão do município de Gurupá que demanda dispor de tempo considerável para realização de deslocamento, que impossibilitou o acesso à totalidade das escolas da zona rural, que se dá por meio fluvial, a visita in loco no referido município permitiu à equipe, ainda que por amostragem, avaliar e elaborar diagnóstico da educação no município em seus diversos aspectos, tendo como base inicial os indicadores educacionais oficiais e aplicação de questionários on-line, resultando na identificação dos principais pontos suscetíveis de sugestões para resolução de problemas e melhoria na rede pública municipal de educação de Gurupá.

ENCAMINHAMENTO

O diagnóstico do município de Gurupá, que compõe a etapa piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, constitui avaliação e fonte de estudo, a partir da qual é possível pensar e propor medidas capazes de induzir à melhoria e à efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para a região como um todo, mediante esforços coletivos, sistêmicos e sinérgicos. Mas também, pretende contribuir de forma robusta, com o gestor local, pois, o conhecimento produzido constitui um guia qualificado e apto a subsidiá-lo na tomada de decisões no que diz respeito à implementação de ferramentas de gestão, bem como quanto à busca e desenvolvimento de treinamentos, capacitação, cursos e oficinas hábeis a instrumentalizar os profissionais da rede municipal para realizarem suas atividades com mais eficiência, rapidez e qualidade.

Os trabalhos executados, até então, consistem em uma iniciativa pioneira no âmbito desta Corte de Contas, e não se conformam aos parâmetros de uma fiscalização tradicional, tendo em vista que os resultados obtidos têm o intuito de fomentar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, promovendo diálogo e integração que assegurem uma atuação articulada, capaz de transformar realidades que resultem na construção de um cenário favorável, no qual se garanta a concretização de um direito fundamental, mediante a efetiva geração e entrega de valor público à sociedade.

O presente relatório oferta um retrato acerca da situação geográfica e social vivenciada pela rede municipal de educação e população de Gurupá, quanto às 7 (sete) dimensões estruturantes do Projeto, funcionando como diretriz na definição das questões prioritárias a serem atendidas.

Ao final desse ciclo foi possível identificar as causas dos problemas encontrados e refletir sobre potenciais soluções (quadro resumo), cujas propostas apresentadas pelo grupo de trabalho perpassam por arranjos coletivos e articulação interinstitucional, uma vez que as implementações de ações isoladas têm demonstrado sobreposição, duplicidade e fragmentação de esforços e, por conseguinte, conduzido à perda de oportunidades de sinergia e integração regional. Mas, também pressupõe o diálogo com o Prefeito e Secretária de Educação, com o objetivo de comunicar o diagnóstico produzido, esclarecendo dúvidas e orientando-o quanto à tomada de decisões de curto e médio prazo.

Desse modo, serão adotados os seguintes encaminhamentos:

a) Reunir com o Prefeito e Secretária de Educação de Gurupá, para comunicar o resultado do presente diagnóstico, e especialmente, estabelecer amplo diálogo, ocasião em que a equipe responsável pela execução do trabalho estará disponível para ofertar esclarecimentos e assinalar orientações que contribuirão para a resolução a curto e médio prazo quanto aos problemas identificados.

b) Informar sobre as discussões em andamento com o FNDE, a UFPA, UEPA e outras Instituições Públicas, bem como Organizações Não Governamentais que atuam na área educacional e convidar os Gestores a firmarem parcerias que visem assegurar a sistematização das ações e impedir a duplicidade de esforços, dando origem a projetos resolutivos dos problemas identificados no município de Gurupá e regionalmente, pautados em estratégias de intersetorialidade e multidisciplinariedade, necessárias ao êxito das propostas de melhoria da educação.

c) Conscientizar e sensibilizar o Gestor a respeito da perspectiva de resolução de problemas de forma articulada e sustentável, a partir de uma atuação cooperativa, coordenada e colaborativa, informando sobre as tratativas em andamento quanto à implementação de futuro arranjo coletivo, a exemplo da composição do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Brasil (GAEPE), idealizado pelo Instituto ARTICULE, cuja operacionalização ocorre em parceria com a ATRICON e CTE/IRB, comunicando-lhe, na ocasião, que um dos desdobramentos dessa primeira etapa do projeto piloto resultará na formação do GAEPE - ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, um mecanismo de governança de política pública, multi-institucional, para o qual o município de Gurupá é convidado a integrar, com intuito de protagonizar uma proposta de transformação e melhoria das políticas educacionais locais, além de contribuir para o progresso da região como um todo.

d) Formar banco de dados do município de Gurupá, sob a supervisão da DIPLAMFCE, por meio da Coordenação Especializada em Educação, cuja organização e armazenamento subsidiará, além da referida Diretoria, o Relator vinculado e a Controladoria responsável pelo acompanhamento das contas do município quanto à viabilidade de futuras ações de controle ou trabalhos específicos, como celebração de Termo de Ajuste de Gestão (TAG), emissão de alertas, aviso e produção de Notas Recomendatórias.

e) Comunicar o resultado do presente relatório à Presidente e a todos os membros deste TCMPA, esclarecendo que a avaliação diagnóstica do município de Gurupá será consolidada com os demais municípios do Arquipélago do Marajó, com o objetivo de assegurar uma interpretação regionalizada, sem ranqueamento por município, apta a subsidiar futuras tratativas de implementação de um instância

plural de diálogo e pactuação em prol da melhoria das políticas educacionais dos 17 municípios contemplados na etapa Piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará.

Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de Gurupá

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
EIXO 1 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		
Planejamento	A Secretária de Educação não gere os recursos da educação e não tem autonomia administrativa e financeira para tomada de decisão Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares	Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento Fortalecer a SEMED no desempenho de suas funções, considerando a importância da democratização e da descentralização das decisões da aplicação dos recursos da educação
Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede	Inexistência de uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal	Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede que possibilite um acompanhamento integrado e avaliativo da rede municipal
Estrutura Organizacional da Rede	Infraestrutura inadequada da Secretaria, carência de servidores e de tecnologia de informação, com dificuldades de acesso à internet, prejudicando o andamento dos projetos da rede municipal	Providenciar estrutura física adequada, com tecnologia de informação para o cumprimento da sua missão institucional. Revisar o quadro de servidores e estrutura organizacional para que se adequem às necessidades e demandas da rede municipal
Seleção de gestores escolares	Não observância dos critérios técnicos de mérito e desempenho para escolha de diretor escolar, conforme disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação	Adequar a legislação municipal, uma vez que o texto vigente prevê a realização de eleição direta de diretores, o que foi considerado pelo STF como inconstitucional (ADI 2997) Estabelecer em lei a forma e os critérios objetivos de mérito e desempenho para indicação e nomeação de diretores de escola
EIXO 2 - UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA		
Realização de Busca Ativa Escolar	A busca ativa realizada não produziu resultado favorável quanto ao segmento de educação fundamental menor (1º ao 5º ano)	Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos do ensino fundamental do primeiro segmento, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude
Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal	-	-
Projetos Pedagógicos com vistas à Melhoria dos Resultados	Projeto Político Pedagógico desatualizado nas unidades escolares visitadas. Existência de projetos pedagógicos específicos em andamento na rede municipal, mas que ainda não estabelecem estratégias para	Assegurar apoio técnico pedagógico às escolas para atualização dos PPP's, em consonância com o projeto pedagógico da rede municipal. Elaborar e executar projetos comuns a todos as escolas que

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	reduzir a taxa de analfabetismo e da distorção idade-série na rede de ensino	fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade
Turmas Multisseriadas	-	-
Retorno às Aulas Presenciais	Precariedade da infraestrutura das unidades escolares no que se refere a energia elétrica, água potável, escolas com excesso de alunos e dividindo turmas na mesma sala de aula. Há ausência de condições higiênico-sanitárias, em especial na zona rural, para possibilitar o retorno no período pretendido	Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal
Calendário Escolar - Carga horária mínima anual	Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais	Regularizar a distribuição diária dos gêneros alimentícios da alimentação escolar para os alunos nas escolas da rede municipal, para garantir a presença diária e sistemática dos alunos nas escolas. Ampliar o número de salas de aula nas escolas da rede municipal, para garantir a compatibilização da oferta e da demanda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural
EIXO 3 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR		
Infraestrutura Escolar	Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios; carência de mobiliários Existência de obras paralisadas com recursos liberados pelo FNDE/MEC	Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares Providenciar a regularização das obras paralisadas, observando a capacidade financeira da rede municipal, no sentido de que sejam disponibilizadas a abertura de novas turmas de educação infantil, maior incentivo à prática esportiva e diminuição de turmas no horário intermediário
EIXO 4 – POLÍTICA PÚBLICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Elaboração dos Cardápios	A alimentação fornecida é de baixo valor nutricional, em especial nas escolas da zona rural, com priorização na oferta de produtos industrializados e processados	Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
		de preparações que atendam a zona rural
Aquisição de gêneros alimentícios	Recursos financeiros insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar Necessidade de dotar as escolas da zona rural, com a oferta de cardápios que ofereçam melhores condições de nutrição aos alunos, bem como a garantia de entrega dos gêneros alimentícios suficientes para o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar nesses estabelecimentos de ensino	Pleitear ao FNDE o aumento no repasse de recursos do PNAE, diante dos elevados custos de aquisição e distribuição de gêneros alimentícios para as escolas rurais, decorrentes das particularidades geográficas da região - distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso, que impõe a necessidade de reexame do valor *per capita* Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar
Distribuição de gêneros alimentícios	O prazo para os fornecedores entregarem os gêneros alimentícios é muito extenso, atrasando a entrega para as escolas dos itens que compõem as preparações planejadas pela nutricionista da SEMED. Além disso, os gêneros alimentícios entregues às escolas são insuficientes, não existindo controle efetivo da Secretaria no cumprimento dos prazos de entrega por parte dos fornecedores. A distribuição dos gêneros alimentícios é feita diretamente ao diretor na sede da SEMED	Controlar o cumprimento efetivo dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED, prestando orientação ao(s) servidor(es) responsável(is) quanto ao correto recebimento e controle Adotar um sistema eficiente de controle de entrada e saída de gêneros alimentícios Distribuir os gêneros alimentícios às escolas em quantidade e variedade necessárias ao cumprimento do cardápio
Armazenamento de gêneros alimentícios	Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados	Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto na SEMED quanto nas escolas Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade
Acompanhamento da execução do Programa	Número insuficiente de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal	Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista
EIXO 5 - POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR		
Formas de atendimento de transporte escolar	Falta de segurança apresentada pelas lanchas do Programa "Caminho da Escola", na travessia do rio Amazonas em direção às escolas da zona rural As embarcações contratadas pela rede apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança e lotação	Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
Contratação dos Serviços Prestados	Insatisfação dos prestadores de serviço de transporte escolar em decorrência do reduzido valor pago pelo serviço do barqueiro e pelo uso da sua embarcação	Readequar o valor pago aos barqueiros pelos serviços prestados no transporte escolar
EIXO 6 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		
Estruturação do Quadro de Servidores	O número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017	Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério
Remuneração	Contratação dos profissionais do magistério de forma temporária, em desacordo à legislação vigente Tratamento desigual no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério temporários	Regularizar a contratação temporária dos profissionais do magistério em conformidade à legislação vigente Assegurar aos servidores temporários o tratamento remuneratório isonômico previsto no PCCR, no que couber
Formação Docente	Precariedade de formações continuadas para os professores da rede, em especial para os docentes que se encontram em regência de classe.	Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada.
EIXO 7 - FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS		
CACS-Fundeb	Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb Carência de conhecimento das atribuições do CACS-FUNDEB Não entrega da documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB e PNATE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CACS-Fundeb Não realizam visitas *in loco* no sentido de verificar a aplicação dos recursos do FUNDEB e PNATE Não disponibilização das informações no Portal da Transparência dos municípios	Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE Garantir a logística adequada ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando veículos para o deslocamento para realização das visitas *in loco* Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CACS-Fundeb Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho Providenciar a disponibilização das informações relativas à execução da receita e despesa dos recursos do FUNDEB e PNATE de forma acessível no Portal da Transparência do município
CAE	Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para	Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do PNAE não disponibilização dos meios para garantir infraestrutura e condições logísticas adequadas para desempenharem suas funções entrega intempestiva da documentação pertinente a prestação de contas dos recursos do PNAE, bem como não envio de devolutiva referente às diligências solicitadas não são cientificados e convidados a acompanharem a realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviços	atividades anuais Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do PNAE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CAE Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências a serem emanadas pelo Conselho
CME	Ausência de conhecimentos necessários ao credenciamento e estabelecimento de normas para instalação e funcionamentos de estabelecimentos de ensino no município	Articular com o Conselho Estadual de Educação para realizar capacitação dos membros do CME, para o pleno exercício de suas funções e atividades
Conselhos Escolares	Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho Retardo no trâmite de registros de Atas do Conselho no Cartório, pois há uma concentração das demandas de todas as escolas municipais Agendamentos demorados para atendimento dos conselheiros na agência bancária, dificultando a regularização da conta e expedição de cartão para movimentação dos recursos do PDDE	Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar Articular com o Cartório para agilizar os procedimentos de registros e atualização dos conselhos escolares Articular junto à Gerência da agência Bancária, procedimentos que proporcionem um menor tempo de atendimento às demandas oriundas dos Conselhos escolares, sobretudo o tempo para emissão do cartão de movimentação da conta